



ALONSO BARROS DA ABERTURA COMERCIAL E
SILVA JR.* DESINDUSTRIALIZAÇÃO:
GUSTAV IVES MENDES UMA ANÁLISE ACERCA DA
NICÁCIO VIANA* DOENÇA HOLANDESA E DO
JOSÉ FRANCISCO OLI- CRESCIMENTO ECONÔMICO
VEIRA DE AMORIM* BRASILEIRO.

*Todos Mestres
em Economia
Aplicada pela
Universidade
Federal de
Alagoas

O presente trabalho objetiva prestar uma pequena contribuição sobre o fenômeno da desindustrialização brasileira, caracterizado como doença holandesa, a partir da abertura comercial, e seus impactos para o crescimento econômico, como também discutir acerca da inserção externa de nossa economia. Conclui-se, portanto, dado o contexto histórico, como também os dados levantados e examinados, que o Brasil ainda apresenta uma economia muito fechada, comparando-se com outros países em desenvolvimento, como o caso dos BRICS, além do que, a mudança na estrutura produtiva levou o país a um nível de especialização em bens primários, que resultou na reprimarização das exportações, apreciação da taxa de câmbio, além de uma perda da participação da indústria na composição do PIB, sinais inequívocos de doença holandesa.

Abertura Comercial, Desindustrialização, Doença Holandesa.

This paper provides a small contribution on the Brazilian deindustrialization phenomenon characterized as Dutch disease, from trade liberalization and its impact on economic growth, but also discuss about the external insertion of our economy. It follows, therefore, given the historical context, as well as the data gathered and examined, that Brazil still has a very closed economy compared with other developing countries, such as the case of the BRICS, in addition to the change the productive structure led the country to a level of specialization in primary goods, which resulted in reprimarization exports, appreciation of the exchange rate, and a loss of participation of industry in the GDP composition, clear signs of Dutch disease.

PALAVRAS-CHAVE

ABSTRACT

RESUMO

1. Introdução

Durante o início da década de 1990, o Brasil apresentou um forte processo de liberalização comercial, objetivando maior inserção de sua economia junto às economias capitalistas. Esse processo surge a partir da abertura comercial ocorrida durante o governo do Presidente Fernando Collor de Melo, com sua consolidação no governo Fernando Henrique Cardoso. Através desse processo de globalização das relações comerciais, os países passaram a adotar acordos bilaterais ou multilaterais, com o objetivo de estreitar essas relações, com vistas ao desenvolvimento dos seus mercados locais.

Esse tipo de reforma econômica, que permitiu maior inter-relação do Brasil com os demais mercados mundiais, objetivava proporcionar uma série de mudanças tecnológicas na estrutura produtiva brasileira, para atender as necessidades dos nossos parceiros comerciais, como também para proporcionar maior competitividade da nossa indústria, via elevação da produtividade.

Desde então o Brasil iniciou uma série de acordos comerciais com diversos parceiros, como Estados Unidos, Argentina, China, África do Sul, Ásia e especialmente a União Europeia, que se tornou um dos nossos maiores parceiros comerciais desde o seu surgimento. Segundo Franco (1998), a interação do comércio brasileiro com os demais países, além da redução da participação do estado, e a estabilidade macroeconômica, seria determinante para o crescimento.

No que concerne à política econômica, a abertura comercial logrou êxito no tocante à estabilização macroeconômica, ou seja, o controle da inflação ou até mesmo hiperinflação. Entretanto, do ponto de vista do crescimento do produto, o resultado não foi o esperado (CARVALHO & LIMA, 2009).

O Brasil observou em um período de 1932 até o início da década de 1980, taxas médias de crescimento de 6,8%, reflexo de um maior dinamismo

da nossa economia, sobretudo graças ao Processo de Substituição de Importações (PSI), que favoreceu o desenvolvimento da indústria, resultando na transição de uma economia agrária para uma economia industrial (CARVALHO & LIMA, 2009). Porém, após 50 anos de um relativo processo de industrialização, o modelo que gerara crescimento já havia se esgotado, passando a ser necessária uma série de reformas que tinham como objetivo a retomada do desenvolvimento, perdido ainda na década de 1980, com o esgotamento do PSI e o aprofundamento dos desequilíbrios macroeconômicos. Já a partir da abertura comercial, em 1990, essa taxa média de crescimento caiu para 2,81% até 2010; e 2,12% de 2011 até 2014, sem contar o resultado do ano de 2015, que fora de -3,8%, segundo a nova metodologia de cálculos do IBGE para o Sistema de Contas Nacionais, que revisou a série histórica do PIB desde 1995.

É preciso antes de mais nada detectar os motivos que ocasionaram o murchamento do PIB, a partir da abertura comercial, até os dias atuais. Alguns fatores vêm na esteira dessa discussão sobre os impactos da abertura comercial para o crescimento da economia brasileira, como a eliminação dos mecanismos de neutralização da doença holandesa, ou desindustrialização negativa, que reflete na reprimarização da pauta de exportação, além da apreciação da taxa de câmbio, que permite que países que sofrem desse tipo de desindustrialização, possam exportar, graças às vantagens comparativas desfrutadas na comercialização desses bens primários. Vale também destacar a liberalização financeira e a taxa de juros como variáveis que favorecem o processo de desindustrialização negativa.

Portanto, sendo a doença holandesa o fator preponderante para o baixo crescimento da economia brasileira, reflexo da perda de participação da indústria de transformação na composição do PIB, além da redução do emprego industrial no emprego total, e reprimarização das exportações, é fundamental a retomada dos investimentos no setor, para ser possível recuperar o ritmo de crescimento de décadas passadas, afinal, a indústria é o motor de crescimento de

uma economia. É lá (na indústria) que se encontram os maiores encadeamentos para frente e para trás, em uma cadeia de produção, ou seja, quando a indústria cresce, ela leva junto, por consequência, outros setores que estão ligados a ela.

2. A Abertura Comercial Brasileira

Durante o início dos anos de 1990, o Brasil vivenciou um intenso processo de liberalização econômica. Esse processo de globalização apresentou seu auge no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em meio a uma série de reformas macroeconômicas, pautada em um modelo neoliberal que previa, entre outras: privatizações, controle da inflação via âncora cambial, resultando em uma forte apreciação da taxa de câmbio, redução do tamanho da máquina pública, disciplina fiscal e livre iniciativa.

A abertura comercial proporcionou ao país a consolidação da estabilidade de preços, além da elevação no salário real, apesar de ter submetido ao nosso mercado interno uma pressão pelo qual ele não estava acostumado a enfrentar, como por exemplo, a elevação da competitividade e modernização tecnológica. Portanto, a abertura comercial trouxe vantagens e desvantagens, beneficiários e prejudicados (LAMPREIA, 1998).

Entre algumas das desvantagens apresentadas podemos destacar: déficit na balança comercial; intensa volatilidade de capitais; sobreapreciação da taxa de câmbio, especialização produtiva, sobretudo em bens primários, resultando, assim, na desindustrialização negativa, são algumas das desvantagens inerentes ao processo de abertura comercial.

A abertura comercial se apresentou como um caminho sem volta, com seus erros e acertos, bônus e ônus para uma economia historicamente fechada e protecionista, como a nossa. Com isso, para Santos (2009, pag. 110):

A economia brasileira, tendo em vista esse processo, vislumbrava um grande desafio. Vivenciando, desde os anos

1930, um modelo desenvolvimentista protecionista e nacionalista, onde o estado desempenhava um papel preponderante, o Brasil deveria inserir-se em uma seara até mesmo desconhecida por muitos atores da economia nacional.

Portanto, chega ao fim um modelo nacional-desenvolvimentista, preocupado apenas com o mercado interno, que segundo Santos (2009, pag. 110): “Resultou em fortes choques externos, que revelaram uma possível fragilidade da economia brasileira; a falência fiscal e a incontável inflação; e as pressões vindas dos países centrais no modelo capitalista.”

Com isso, é possível observar que a década de 1990 refletiu um intenso processo de transformação econômica para o Brasil, fruto da globalização e respectivamente de pressões externas, consequência de um novo modelo econômico neoliberal, que passou a ser adotado em países como a Inglaterra, Estados Unidos e até mesmo o Chile. Esse novo regime, tinha como objetivo, uma reestruturação da política industrial brasileira, tornando possível para as empresas que conseguissem se adaptar ao novo paradigma, competir no mercado internacional. Entretanto, mesmo após 26 anos do início da liberalização comercial brasileira, o país ainda apresenta dificuldades para se inserir de fato no comércio internacional.

Levando-se em consideração os coeficientes de exportação e penetração das importações, elaborados por Haguenuer, Markwald & Pourchet (1998), que mede o grau de exposição da economia brasileira ao comércio internacional, é possível observar se houve ou não maior inserção externa de nossa economia.

Tabela 1: Coeficientes de abertura comercial no período de 1996 até 2015 (%).

Ano	Penetração das Importações	Coefficiente de Exportações
1996	12,5	10
1997	13,5	10,2
1998	14	10,9
1999	12,5	11,7
2000	13	12,2
2001	13,8	13,6
2002	12,2	14,9
2003	12,1	17,6
2004	13,8	18,7
2005	13,9	20,1
2006	15,5	20,2
2007	17,7	20
2008	18,8	18,8
2009	17,7	17,8
2010	17,5	17,5
2011	18,7	18,7
2012	20	19
2013	20,9	18,5
2014*	21,5	18,4
2015*	22,1	19,8

*Estimativas.

Fonte: CNI - Confederação Nacional da Indústria - Coeficientes de Abertura Comercial - Ano 2. Número 1.janeiro/março de 2012; e Indicadores CNI - ISSN 2317-708X - Ano 5 - Número 3 - Julho/Setembro de 2015.

Observando as informações disponíveis na tabela acima, com dados a partir de 1996, é possível notar certa estabilidade nos resultados das exportações até o início dos anos 2000. Entretanto, a partir de 2002, há uma considerável elevação do coeficiente de exportação, alcançando seu ápice já no final dos anos de 2010, e logo em seguida, uma pequena redução dos percentuais exportados. O período de maior coeficiente de exportação coincide

com o período conhecido pelo *boom de commodities*, quando o país apresentou superávit na balança comercial, reflexo da valorização dos termos de troca e do efeito China. Já as importações brasileiras, apresentaram maior elasticidade, tendo em vista a política de brutal apreciação da taxa de câmbio, que vigorou no mesmo período do *boom de commodities*.

Porém, mesmo com uma maior inserção externa brasileira, o país ainda se apresenta economicamente muito fechado, especialmente comparando-se com seus parceiros do BRICS. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o grau de abertura comercial do país, medido pela soma das importações e exportação em relação ao PIB, apresentou ligeira elevação entre os anos de 1991 e 2011, saindo de 17% para 25%, enquanto que no mesmo período, os BRICS apresentaram uma evolução de 24 p.p., saindo de 33% para 57%. Já a Coreia, a título de comparação, saiu de 55% para 110% no mesmo período de análise. Portanto, mesmo o Brasil apresentando maior relação de comércio com o resto do planeta, continuou apresentando uma economia muito fechada, principalmente em relação aos nossos parceiros do bloco¹.

3. A desindustrialização e o Papel da Indústria para o Crescimento Econômico

O modelo de inserção da economia brasileira em curso há mais de duas décadas, após anos de economia relativamente fechada e de esgotamento do Modelo de Substituição de Importação – MSI –, expusera as fragilidades e limites do setor externo. A inserção do país no comércio internacional nos moldes liberal, com a abertura comercial e valorização real da

¹ Dados estatísticos disponíveis em: O Brasil ainda é uma economia muito fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento. Acesso através da página:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>.

moeda doméstica fizeram-se sentir na balança comercial, resultando mudanças no perfil da pauta exportadora.

Portanto, é fato mais que comprovado que o Brasil passou por uma série de transformações no que diz respeito a estrutura produtiva com o advento da liberalização comercial, no início dos anos de 1990. Essas transformações culminaram na reprimarização da pauta exportadora, reflexo da doença holandesa que vigora no país desde então, resultando em forte apreciação da taxa de câmbio, que permitiu que o país elevasse suas exportações de *commodities* em detrimento de bens manufaturados. Esse processo, que alterou sobremaneira a dinâmica de produção do país, resultou em uma inserção brasileira no mercado internacional com características de uma economia periférica, ou seja, exportadora de bens primários (FURTADO, 1999).

Esse fenômeno é definido como desindustrialização, que para alguns economistas pode ser observado como um processo natural de desenvolvimento, como sugerem alguns autores, como Barros & Pereira (2008), que afirmam que a desindustrialização brasileira não deve ser associada a um contexto negativo, e sim, a um processo normal de reestruturação, que tem refletido em custos econômicos e sociais elevados, mas que é uma tendência quando se trata de desenvolvimento de longo prazo, ocasionando em mudanças estruturais no que se refere à participação relativa de setores econômicos.

Outros autores são contrários à ocorrência de desindustrialização no Brasil, como Nassif (2008, pag. 89), afirmando que:

“Não se pode concluir que o Brasil tenha passado por desindustrialização, porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação dos recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias tecnologicamente baseadas em recursos naturais e em trabalho.”

Porém, há uma vasta literatura, além de estudos empíricos, que corroboram com a tese de desindustrialização da economia brasileira, como Marquetti (2002); Feijó *et al* (2005); Bresser-Pereira & Marconi (2010); Oreiro & Feijó (2010), mesmo com a negativa de alguns economistas ortodoxos de aceitarem a realidade dos fatos.

Segundo Feijó *et al* (2005), o Brasil vivenciou até mesmo antes da abertura comercial, esse processo de desindustrialização, graças a uma série de medidas tomadas para conter uma possível hiperinflação, tendo sequência após a liberalização econômica do país. Para Bresser-Pereira & Marconi (2010), a eliminação dos mecanismos de neutralização da doença holandesa, quando da abertura comercial em 1990, resultaram em redução da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das *commodities*, evidenciando a desindustrialização instalada na economia do país.

Para Palma (2005, *apud* MARCONI & ROCHA, 2012), afirma que a desindustrialização vem ocorrendo de forma precoce em diversas economias emergentes, antes mesmo que essas atinjam maturidade, em face de mudanças tecnológicas ou etapas da cadeia produtiva para países com mão de obra mais barata. Esse processo conhecido como desindustrialização negativa, se dá pela combinação entre abertura comercial, liberalização dos fluxos de capitais, apreciação da taxa de câmbio e valorização dos termos de troca (LOURES, OREIRO & PASSOS, 2006; BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2009, *apud* OREIRO & FEIJÓ, 2010).

A respeito da definição clássica de desindustrialização, desenvolvida por Rowthorn & Ramaswany (1999), como sendo uma redução do emprego industrial no emprego total, é possível afirmar que no caso brasileiro, a desindustrialização veio acompanhada de uma reprimarização da pauta de exportação, basicamente de *commodities* agrícolas, causada pela apreciação cambial, que permite que países possam exportar bens primários, pois, os mesmos apresentam vantagem comparativa, maior eficiência e menores custos em relação aos demais países que não possuem abundância desses recursos

naturais (BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2010). A tabela 2 abaixo reflete bem essa realidade.

Tabela 2: Evolução das exportações em milhões e por fator agregado.

ANO	EXPORTAÇÕES		Part. % s/ Total Geral		
	Valor	Var. % (*)	Básicos	Semimaf.	Manuf.
1997	52.983	-	27,3	16,0	55,1
1998	51.140	-3,5	25,4	15,9	57,5
1999	48.013	-6,11	24,6	16,6	56,9
2000	55.086	14,7	22,8	15,4	59,0
2001	58.223	5,7	26,4	14,2	56,5
2002	60.362	3,7	28,1	14,9	54,7
2003	73.084	21,1	29,0	15,0	54,3
2004	96.475	32,0	29,6	13,9	54,9
2005	118.308	22,6	29,3	13,5	55,1
2006	137.807	16,5	29,2	14,2	54,4
2007	160.649	16,6	32,1	13,6	52,3
2008	197.942	23,2	36,9	13,7	46,8
2009	152.995	-22,7	40,5	13,4	44,0
2010	201.915	32,0	44,6	14,0	39,4
2011	256.040	26,8	47,8	14,1	36,0
2012	242.578	-5,3	46,8	13,6	37,4
2013	242.034	-0,2	46,7	12,6	38,4
2014	225.101	-7,0	48,7	12,9	35,6
2015	191.134	-15,1	45,6	13,8	38,1

Fonte: Elaboração própria a partir do MDIC, 2015.

Portanto, a desindustrialização “a la brasileira”, além de resultar da perda de participação da indústria de transformação na composição do PIB, e da redução do emprego industrial no emprego total, resulta também na reprimarização da pauta de exportação, graças a abundância de recursos naturais do país. Essa desindustrialização decorre da sobreapreciação da taxa de câmbio, resultado de falhas de mercado, como é o caso da doença holandesa, também conhecida como maldição dos recursos naturais, que passou a ganhar cada vez mais força nos estudos sobre desindustrialização, a partir do período compreendido entre 2003 e 2010, conhecido pelo *boom de commodities*. Só nesse período, a participação das exportações de *commodities* no total das exportações aumentou 32% em menos de uma década. Somando-se a isso, a taxa de câmbio, que durante o mesmo período, apreciou-se em 74%, como pode ser bem observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Relação entre o percentual de exportação de *commodities* no total das exportações e taxa de câmbio entre 2003 e 2010.



Fonte: MDIC, IPEA, BC, 2010.

O gráfico acima é um sinal inequívoco do processo de desindustrialização com características de doença holandesa, pois, há uma relação direta entre a evolução das exportações de *commodities*, grosso modo, agrícolas, e uma brutal apreciação da taxa de câmbio, que favorece a valorização dos termos de troca na economia brasileira.

As tabelas 3 e 4 abaixo reforçam a tese da reprimarização da pauta de exportação brasileira, especialmente, em comparação com o período pré-abertura comercial, marcado por um intenso esforço público em industrializar o país. Apesar de ter havido mudanças no sentido de tentar proporcionar certo grau de industrialização ao parque produtivo brasileiro, com o advento da abertura comercial, evidenciado pelo aumento da importação de peças e equipamentos industriais, as exportações brasileiras nesse período se intensificaram em *commodities*, visto que do total de US\$ 228 bilhões em 2014, substancial parcela concentrou-se em matérias primas ou produtos semiacabados. Em 1990, o Brasil comercializou US\$ 33,1 bilhões, concentrado sua pauta também em *commodities*.

Ainda nesse sentido, utilizando-se da *Classificação Padrão de Comércio Internacional* (SITC), agregados os produtos por grupos de modalidade, a fim de evidenciar a reprimarização das exportações brasileiras, em 1990, produtos como maquinário, aviões e eletrônicos respondiam por 18,3% do total exportado. Em 2004, passou-se para 23,3% do total exportado, evidenciando um aumento na pauta de produtos acabados. Já em 2014, esse percentual caiu para 13,4% do total exportado. Nesse intervalo, produtos como cereais, óleos vegetais e mineração apresentaram elevação significativa².

² O dados podem ser consultados em:

http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/sitc/export/bra/all/show/2014/

Tabela 3: Principais parceiros econômicos e produtos exportados pelo Brasil.

2014	O que mais Exportamos	China	%	EUA	%	Argentina	%	Holanda	%	Alemanha	%	Japão	%	Chile	%	Índia	%
	Soja	40%	Petróleo Cru	14%	Carros	19%	Farelo de Soja	16%	Café	15%	Minério de Ferro	39%	Petróleo Cru	44%	Petróleo Cru	48%	
	Minério de Ferro	30%	Aviões, Helicópteros e aeronaves	7,20%	Peças para Veículos	9,80%	Minério de Ferro	9,40%	Minério de Ferro	14%	Carne de Aves	15%	Carne Bovina	5,10%	Açúcar Bruto	13%	
	Petróleo Cru	8,60%	Ferro Semiacabados	5,30%	Caminhões de Entrega	5,30%	Petrolíferos Refinados	9,30%	Farelo de Soja	9,80%	Café	6,40%	Ônibus	3,80%	Óleo de Soja	7,40%	
	Sulfato de Celulose Química	3,50%	Café	4,70%	Minério de Ferro	5,30%	Soja	9%	Soja	6,50%	Alumínio Bruto	6%	Caminhões de Entrega	2,30%	Ouro	6,20%	
	Açúcar Bruto	2,10%	Sulfato de Celulose Química	3,40%	Polímeros de Etileno	2,30%	Sulfato de Celulose Química	6,50%	Minério de Cobre	6,40%	Ferroligas	4,20%	Polímero de Etileno	1,80%	Minério de Cobre	4,70%	

Fonte: The Observatory of Economic Complexity³

OBS: os valores percentuais correspondem a participação de cada produto nas exportações brasileiras para cada um de seus parceiros comerciais. Do total exportado pelo Brasil, a participação de cada parceiro é: China – 18%, Estados Unidos – 12%, Argentina – 3,6%, Japão – 3,3%, Chile – 2,3% e Índia – 2,2%. Assim, para uma leitura mais crítica, do total exportado, a China responde por 18%, sendo 40% correspondentes à venda de Soja.

³ Para mais informações, consultar:

http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/import/bra/show/all/2014/.

Tabela 4: Principais parceiros econômicos e produtos exportados pelo Brasil.

1990	O que mais Exportamos	Estados Unidos	Alemanha	Japão	Itália	França	Reino Unido	Holanda	Espanha							
	Petróleo Cru	17%	Minério de Ferro	15%	Minério de Ferro	32%	Polpa Química de Madeira	13%	Couro	26%	Ouro	16%	Couro	24%	Soja	26%
	Ferros Pré-Fabricados	7,10%	Café	10%	Minério de Ferro Aglomerado	17%	Café	13%	Minério de Ferro	19%	Minério de Ferro	12%	Soja	15%	Petróleo Cru	16%
	Avião Grande	5,80%	Soja	8,80%	Carne de Aves	11%	Couro Bovino	10%	Polpa Química de Madeira	8,60%	Carnes Preparadas	10%	Sucos de Frutas ou Vegetais	10%	Cobre	6,30%
	Café	4,50%	Couro	6,80%	Alumínio	4,70%	Minério de Ferro	11%	Café	4,90%	Soja	7%	Carnes Preparadas	8,70%	Rissol	6%
	Polpa Química de Madeira	3,30%	Cobre	4,90%	Café	4,60%	Minério de Ferro Aglomerado	8,10%	Sucos de Frutas ou de Vegetais	4,90%	Café	3,90%	Ferro Pré-Fabricado	4,10%	Minério de Ferro	5,30%

Fonte: The Observatory of Economic Complexity⁴

OBS: os valores percentuais correspondem a participação de cada produto nas exportações brasileiras para cada um de seus parceiros comerciais. Do total exportado pelo Brasil, a participação de cada parceiro é: EUA – 24%, Alemanha – 8,6%, Japão – 8,6%, Itália – 5,4%, França – 4,8% e Reino Unido – 3,6%. Assim, para uma leitura mais crítica, do total exportado, os EUA responderam por 24%, sendo 17% correspondentes à venda de Petróleo Cru.

⁴ Para mais informações, consultar:

http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/import/bra/show/all/2014/.

Portanto, a desindustrialização brasileira está sempre associada à doença holandesa, e essa, a reprimarização das exportações. A falta de política cambial é fator determinante para se entender o processo de desindustrialização característico no Brasil, acompanhada de baixo crescimento, a partir daí (BRESSER-PEREIRA, 2015). Para que se possa observar a presença de doença holandesa em um país, é necessário que o mesmo apresente duas taxas de câmbio, uma corrente e a outra de equilíbrio industrial. A desindustrialização acontece a partir do momento que o câmbio que vigora no país é substancialmente mais apreciado que a taxa de câmbio ideal para que a indústria possa competir tanto no mercado interno quando no mercado externo.

A reprimarização das exportações como consequência da doença holandesa, pode ser observada, como forma de ilustração, na tabela 5, logo abaixo, que mostra o significativo aumento das exportações de *commodities*, aliado a apreciação da taxa de câmbio, enquanto que as exportações de manufaturados praticamente ficou estagnada durante o período conhecido pelo *boom de commodities*. Isso se explica pelo fato da apreciação cambial ser um fator desestimulador a produção nos setores que não possuem as mesmas vantagens comparativas que possuem o setor que é rico em recursos naturais, e que, portanto, podem explorá-los com mais eficiência e menores custos.

O que acontece é que, mesmo a produção industrial estagnada, o que caracteriza que não houve redução das exportações de manufaturados, ocorreu ao longo desses anos um forte aumento da participação das *commodities* no total das exportações, traduzindo-se em fortes indícios de reprimarização da pauta de exportação, originado pela doença holandesa. Segundo Filgueiras et al (2012), esse processo intensificou-se a partir do Governo Lula, graças ao retorno da apreciação cambial, consolidando-se no segundo mandato do então Presidente, reflexo da intensificação do efeito China na economia mundial.

Sendo assim, é preciso recuperar a competitividade da indústria nacional para que possamos retomar o dinamismo das exportações voltadas para os produtos manufaturados, para que seja possível acelerar o crescimento da

Tabela 5: Comportamento da taxa de câmbio, percentual de exportação de *commodities* no total das exportações e percentual da participação da indústria de transformação no PIB, entre 2003 e 2010.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Câmbio (US\$/R\$)	3,07	2,93	2,43	2,18	1,95	1,83	2,00	1,76
% Commodities no total das Exportações	39,82	39,65	38,82	38,82	42,21	46,6	48,74	52,58
% Ind. Trans. no PIB	27,85	30,11	29,27	28,75	27,81	27,90	26,83	28,07

Fonte: MDIC, IPEA, BC, 2010.

economia brasileira, e acima de tudo, torná-la sustentável, pois, segundo a própria heterodoxia, a indústria é o motor de crescimento de longo prazo de economias capitalistas (THIRWALL, 2002). É na indústria que se observam os maiores encadeamentos para frente e para trás dentro de uma cadeia de produção; economias de escala com retornos crescentes de produtividade, análise feita por Kaldor; além de maior qualificação de mão de obra; progresso tecnológico; elasticidade renda das importações dos manufaturados em relação a elasticidade renda das importações de *commodities*, permitindo, assim, o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo (OREIRO & FEIJÓ, 2010).

Portanto, a indústria não é apenas o setor mais relevante para o crescimento da economia brasileira, ela é o setor determinante para que isso aconteça. Para isso é preciso refletir acerca de uma política industrial voltada para dinamizar o setor, recuperando suas principais cadeias de produção, como também uma política de juros e câmbio que não asfixie os investimentos na área. É preciso tomar como exemplo países como a China, Índia, Alemanha, Coreia do Sul entre outros, que adotaram políticas que favoreceram o crescimento, sobretudo com relação a taxa de câmbio, preço macroeconômico dos mais estratégicos para as exportações manufatureiras.

A apreciação da taxa de câmbio, resultado direto do boom de *commodities*, leva a perda do produto, em contrapartida, a sua desvalorização resulta em aumento do crescimento econômico (RODRIK, 2007). Portanto,

desajustes na taxa de câmbio, levam a distorções nos preços relativos dos bens “*tradables*” e “*non tradables*”, além de aumentar a instabilidade macroeconômica e afetar o crescimento (AGUIRRE & CALDERON, 2005). Sendo assim, Gala (2006), destaca para a necessidade de uma taxa de câmbio mais competitiva sobre o ponto de vista da indústria, permitindo, assim, equilíbrio no balanço de pagamentos e elevação da poupança e do investimento, invertendo, por assim dizer, a lógica ortodoxa que afirma ser o câmbio resultado da poupança que reflete o investimento. Portanto, para esse autor, é o câmbio que resulta na poupança e não a poupança que resulta no câmbio.

Portanto, investigar o fenômeno da desindustrialização é condição necessária para identificarmos de que forma esse processo resultou em especialização produtiva e baixo crescimento, com seus reflexos na taxa de câmbio e na balança comercial brasileira, e de que forma a retomada do dinamismo do setor manufatureiro pode recuperar a pujança da economia local como em décadas passadas, sobretudo antes do esgotamento do modelo de substituição de importação.

4. Considerações Finais

Os sintomas de desindustrialização resultante da doença holandesa são evidentes e são as seguintes: apreciação crônica da taxa de câmbio, que se intensifica em determinados momentos, como pôde ser observado no seu período mais crítico, durante o *boom de commodities*; evolução nítida da participação dos produtos básicos no total das exportações, e consequentemente redução dos manufaturados, como pode ser observado na tabela 2; elevação dos preços das *commodities*, que resulta justamente na apreciação cambial, como pode ser visto na tabela 5, entre outros.

Portanto, há indícios mais que suficientes que confirmam a desindustrialização provocada pela doença holandesa. A especialização da produção brasileira, ou por assim dizer, sua reprimarização, em nada favorece a

crescimento da economia nacional, em virtude das consequências já apresentadas que ela gera. Redução da maior qualificação de mão de obra, alocada na indústria; perda de dinamismo econômico no setor com maiores ganhos de produtividade e progresso tecnológico; desequilíbrios no balanço de pagamentos; apreciação da taxa de câmbio, sinais claros de doença holandesa; e por fim, baixo crescimento.

O setor manufatureiro, por não dispor das vantagens comparativas que dispõe o setor de bens primários, necessita de uma política que neutralize o seu desmantelamento, e isso passa por uma combinação de ações tomadas pelo estado, com o objetivo de proteger o setor capaz de gerar as externalidades positivas necessárias para a retomada do crescimento, caso contrário, continuaremos a concentrar todos os nossos esforços apenas nas exportações de *commodities*, e ficaremos sujeitos a *booms* que nos permitirão apenas voos de galinha, afinal, essa pauta de exportação não será suficiente para sustentar o crescimento robusto da nossa economia, e estaremos ameaçados a perder os ganhos sociais que desejamos, além de ficarmos condenados ao subdesenvolvimento.

Referências

- AGUIRRE, A.; CALDERÓN, C. **Real Exchange Rate Misalignments and Economic Performance**. Central Bank of Chile. Working Papers. n 315. April, 2005.
- BARROS, O., PEREIRA, R. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. In: **Brasil Globalizado**. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda, 2008. 388p.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NELSON, M. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: **Doença Holandesa e Indústria**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010. 342p.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Construção Política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo. Editora 34, 2015 (2ª Edição). 464p.
- CARVALO, V. R. S., LIMA, G. T. **Estrutura produtiva, restrição externa e crescimento econômico: a experiência brasileira**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 31-60, abr. 2009.
- FEIJÓ, C.A; CARVALHO, P.G; ALMEIDA, J.S.G. **“Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?”**. São Paulo: IEDI, Novembro, 2005, mimeo.
- FILGUEIRAS, L. A. M. et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8., 2012, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2012. 806-830p.
- FRANCO, G. H. B. **A inserção externa e o desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 18, n. 3, jul./set. 1998.
- FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo, Editora paz e Terra. 1999.
- GALA, P. S. O. S. **Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento**. Tese de Doutorado em Economia. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. Maio, 2006. 165p. Disponível

em: <http://www.eumed.net/tesis/2007/psosg/>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.
HAGUENAUER, Lia; MARKWALD, Ricardo , A.; POURCHET, Henry. **Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira (1985-96)**. Texto para Discussão nº 563. Brasília: IPEA, 1998.

Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). **O Brasil ainda é uma economia muito fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento**. Conjuntura Econômica. Novembro de 2013. Pag. 06-09.

LAMPREIA, L. F. **A Política Externa do Governo FHC: continuidade e Renovação**. Revista Brasileira de Política Internacional. 42 (2): 5-17. 1998.

MARCONI, N.; ROCHA, M. **Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012.

MARQUETTI, A. **”Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955- 1998”**. Estudos Econômicos, vol. 32, n.1. 2002.

NASSIF, A. **“Há Evidências de Desindustrialização no Brasil?”**. Revista de Economia Política, vol. 28, n.1. 2008.

OREIRO, J. C.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

RODRIK, D. **The real exchange rate and economic growth: theory and evidence**. 2007. Ms.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. **Growth, Trade and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, Washington DC. vol. 46, n.1.Março/1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

SANTOS, A. T. **Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística**. Fronteira. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 107-129, 2º sem. 2009.

THIRWALL, A. **The Nature of Economic Growth**. Edward Elgar: Aldershot. (2002).